

# Francisco e os movimentos sociais: Terra, Teto e Trabalho



Ilustração da capa  
**Humanidad** (óleo sobre tela, 2014)  
"Al Papa Francisco, de los Movimientos Sociales"  
Pavel Égüez - Ecuador

Desenho da capa  
Verónica León

**Publicação internacional de  
análise e opinião da Agência  
Latino-Americana de Informação  
(ALAI)**

ISSN N° 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

**ALAI: Endereço postal**  
Casilla 17-12-87, Quito, Equador

**Sede no Equador:**  
Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria  
Of. 503, Quito, Equador  
Tel: (593-2) 2528716 / 2505074  
Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:  
[info@alainet.org](mailto:info@alainet.org)

Assinaturas e publicidade:  
[alaiadmin@alainet.org](mailto:alaiadmin@alainet.org)

ALAI é uma agência informativa sem fins de lucro constituída em 1976 na província de Quebec, no Canadá.

As informações contidas nessa publicação podem ser reproduzidas na condição de que se mencione a fonte devidamente e se envie uma cópia à redação.  
As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da ALAI.

### Assinatura da versão impressa (10 números anuais)

	Individual	Institucional
Equador*	US\$ 34	US\$ 40
América Latina	US\$ 60	US\$ 80
Outros países	US\$ 75	US\$ 140

\*inclui IVA

### Como assinar:

[www.alainet.org/revista.phtml](http://www.alainet.org/revista.phtml)  
São aceitos pagamentos pela Internet

## Francisco e os movimentos sociais: Terra, Teto e Trabalho

- 1 O Papa Francisco e os movimentos populares  
A importância de uma aproximação histórica  
João Pedro Stedile
- 5 A exclusão no capitalismo contemporâneo  
Juan Grabois
- 8 Tempos de resistência ética  
Osvaldo León
- 9 Base material e espiritual  
Terra e território para o desenvolvimento do Bem Viver  
Diego Montón e Deo Carrizo
- 14 A quem serve o caos climático?  
Silvia Ribeiro
- 17 Reforma Política, corrupção e o direito à cidade  
Eduardo Cardoso
- 20 Sobre a Autogestão  
Walter De los Santos
- 23 Sobre a Economia Popular  
Romina Chuffardi (coord)
- 28 Laudato Si' Sobre o cuidado da casa comum  
Um chamado à conversão ecológica

# O Papa Francisco e os movimentos populares

## A importância de uma aproximação histórica

---

João Pedro Stedile

Com suas posturas e pronunciamentos referidos às injustiças na humanidade e seu posicionamento a favor dos mais pobres, dos trabalhadores e, em geral, dos excluídos, o Papa Francisco, desde o início de seu pontificado, surpreendeu agradavelmente aos militantes de movimentos populares de todo o mundo pelo contraste com seus antecessores.

O próprio fato de haver elegido o nome de Francisco, com toda a carga simbólica que tem São Francisco de Assis, seja para o comportamento das pessoas ou inclusive no interior da Igreja, representa em si mesmo um fato histórico e revolucionário. Nenhum outro pontífice teve coragem de honrar a Francisco de Assis.

Em todos os assuntos sobre os que se pronunciou - a guerra na Síria, a fome, a migração de africanos para a Europa, a questão do desemprego, as pessoas sem moradia, etc. -, o fez sempre com uma posição clara e firme; sem temor a demonstrar culpabilidades, abandonando a postura diplomática anterior, que justificava a postura do Vaticano de estar sempre ao lado dos poderosos e dos organismos internacionais.

Por outro lado, desde um primeiro momento também vem impulsionando mudanças conducentes a um processo de democracia interna dentro dos organismos do Vaticano, que

---

*João Pedro Stedile é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina Brasil.*

se converteram em verdadeiras monarquias centralizadas, ao mesmo tempo em que estabeleceu com valentia sanções contra aqueles membros da Igreja comprometidos em atos criminais que antes se escondiam debaixo do tapete.

### O diálogo com os movimentos populares

Com estes ventos de mudança, desde o segundo semestre de 2013 começamos a receber sinais de que lhe agradaria ter pontes com os movimentos populares de todo o mundo. Como tinha laços históricos com movimentos de trabalhadores precarizados da Argentina, através deles iniciamos os primeiros diálogos a respeito de como organizar uma reunião mundial de movimentos populares.

No final de 2013, no Vaticano, com a participação da Pontifícia Academia de Ciências e da Comissão de Justiça e Paz, tivemos diversas conversações para fazer realidade da vontade do Papa Francisco. Realizamos um primeiro seminário para debater as razões das desigualdades sociais no mundo, e como as víamos desde os movimentos populares.

Depois, propusemos e entregamos um documento elaborado por nove cientistas de todo o mundo, vinculados à Via Campesina internacional, que trata de explicar ao Papa as razões de por que as sementes transgênicas e os agrotóxicos são um perigo para a humanidade e para a natureza.

Nesta sequência de nosso diálogo permanente, realizamos um Encontro Mundial de Movimentos Populares com o Papa Francisco em outubro de 2014. Na preparação do encontro, por consenso se estabeleceu que a representação devia ser de movimentos populares que se organizam e lutam para resolver três direitos fundamentais das pessoas: terra para semear, teto para viver e trabalho digno. Também ficou explícito em nossas articulações que deveríamos evitar tanto representações viciadas de mecanismo internacionais, como representações da Igreja, porque já têm outros espaços para articular-se a nível internacional.

De modo que nos encontramos com mais de 180 representantes de movimentos de trabalhadores de todo o mundo, com uma ampla pluralidade de credos religiosos, etnias, gênero, juventude, orientação sexual e representação geográfica, de todos os continentes. Não houve do Papa Francisco ou do Vaticano nenhum condicionamento.

O encontro foi histórico. Pela primeira vez na história do Vaticano, o Papa se encontrou com representantes de movimentos populares. Nos reunimos no salão do Sínodo Velho, utilizado

por séculos somente por cardeais. O mesmo revelou que nunca antes havia estado neste lugar. E ali analisamos os problemas que enfrentam os trabalhadores/as, suas causas e as propostas para encontrar saídas.

E em sua exposição, o Papa Francisco defendeu um programa síntese de toda nossa luta, na qual devemos perseverar, para que não haja mais na humanidade: nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem trabalho digno e nenhuma família sem moradia digna!

Agora, novamente vamos a encontrar-nos em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, (9 de Julho de 2015), em ocasião de sua visita a este país. A representação dos movimentos populares será maior com cerca de 1.500 companheiros e companheiras, principalmente da América do Sul, com os mesmos objetivos: refletir sobre nossa realidade e buscar as verdadeiras soluções que possam contribuir para construir uma sociedade mais igualitária, justa e fraterna. <

---

Tradução: Caróu Oliveira (Coletivo Chasqui)  
Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)



# A exclusão no capitalismo contemporâneo

Juan Grabois

## 1. A exclusão como experiência histórica

Minha geração nasceu na “transição democrática” latino-americana. Democracias mutiladas pela Operação Condor e o extermínio de milhares de camponeses, trabalhadores, estudantes, militantes populares que enfrentaram a besta capitalista, desejando justiça social e a emancipação de seus povos. Democracias cheirando à derrota e à privatização, à entrega e a pilhagens, à negociatas e à corrupção. Conhecemos a hipocrisia política em seu grau máximo e aos que, parafraseando Che, já não levavam mais nem os pobres nem a pátria no coração para lutar por eles, mas no discurso para viver às suas custas.

Minha geração cresceu imersa até o pescoço na frivolidade obscena dos anos noventa, descarada e exibicionista, que sequer se teve a virtude da dissimulação. O fim da história se impunha com a arrogância estridente do Império triunfante, sufocando o grito de muitos que caíam no desemprego e na desesperança, ou melhor, pisoteando-os. O individualismo hedonista se instalava como cultura hegemônica e até mesmo a rebeldia se enquadrava docilmente nas regras grotescas do marketing. O mercado inundava a população com espelinhos coloridos e, para os mais exigentes, oferecia experiências artísticas, culturais, ideológicas e religiosas a la carte.

Minha geração tomou consciência à medida

---

Juan Grabois, advogado argentino, membro da coordenação nacional da Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP)

que descia cada degrau do inferno da exclusão. Viu seus pais perderem o emprego e não encontrá-lo nunca mais. Viu suas mães saírem à procura de carcaças de frango pelos mercados para encher a panela. Viu o flagelo da droga, da depressão e do alcoolismo destruir famílias e ceifar vidas até tornar-se parte da paisagem. Ela sofreu na própria carne nas vilas e nos bairros da classe operária; ou na de seu irmão, que viu revirar o lixo em busca de restos de comida desde a janela gradeada de um lar de classe média, morto de medo da «insegurança».

Minha geração conheceu um proletariado que já não podia sequer vender essa mercadoria que, diziam os livros, era a única que possuía: sua força de trabalho. **Ela viu as cadeias de exploração serem substituídas pelos muros da exclusão.** Viu a sórdida tristeza do desemprego transformar-se em violência cotidiana, sem sentido que - entre tiroteios, pasta base e gatilho fácil - dizimava a garotada dos bairros populares diante do olhar satisfeito do poder.

Minha geração foi forjada na luta diária por trabalho, dignidade e mudança social, sem professores nem livros didáticos, entre as panelas dos bandejões para os famintos, os piquetes de desempregados, os sacos dos catadores de lixo, os assentamentos dos sem-teto, os acampamentos de trabalhadores que pretendiam recuperar as fábricas falidas, as barricadas dos agricultores enfrentando desmontes, as comunidades indígenas defendendo o território. Viu crescer, lenta e pacientemente, no trabalho, na organização e na luta, uma nova resistência.

Minha geração é filha desta experiência histórica. Conheceu uma faceta totalmente di-

ferente da injustiça social. Não conheceu a exploração cotidiana do chão de fábrica como símbolo da dominação. Ela deixou o sangue de seus jovens no grito sufocado por um posto de trabalho, um pedaço de terra, um barracão, um auxílio alimentação ou um subsídio de miséria. *Ofereceu o próprio corpo nas lutas de Chiapas, Seattle, Génova, Caracas, Buenos Aires, Cochabamba, Oaxaca, mas principalmente na luta pelo pão de seus irmãos.*

## 2. O muro da exclusão

O Papa Francisco caracteriza a ordem sócio-econômica global como um verdadeiro “culto de adoração ao Deus Dinheiro”. A globalização desta nova religião impôs a uma escala planetária seu único mandamento: “obterás o lucro máximo”. Os governos e as potências econômicas ergueram em sua homenagem um muro invisível que divide a humanidade entre integrados e excluídos, os iniciados nos rituais de produção e consumo, e os que são apenas material de descarte. De um lado e do outro há desigualdade, injustiça e alienação, mas quem está dentro desfruta de certa proteção, conforto, segurança e direitos; os párias, em contrapartida, perderam toda a esperança e se defendem sozinhos. A perspectiva básica de acesso à terra, à moradia e ao trabalho já não existe para eles.

Primeiro deslocados do campo e depois expulsos das fábricas, aqueles que vivem do outro lado do muro já superam os «cidadãos plenos» em muitos países. Há milhões de homens, mulheres e crianças que são forçadas a ganhar a vida «na beira da estrada», em condições extremamente precárias, em trabalhos insalubres, sem proteção legal, sem documentos de imigração. As conquistas do movimento operário tornaram-se herança de uma pequena fração dos trabalhadores - os que ficaram dentro dos limites do muro. Na África, na Ásia e na América Latina, a informalidade laboral afeta mais de 50% dos trabalhadores empregados (cf. OIT). As cifras nos países centrais aumentam vertiginosamente, com um elevado nível de trabalhos precários, temporários, meio-

-período e um desemprego juvenil galopante que na Espanha e na Grécia, por exemplo, chegam a 50% (cf. OCDE). As desigualdades no que conhecemos como «classe trabalhadora» aumentam e dividem os que deveriam estar juntos: os trabalhadores.

Da mesma forma, os assentamentos informais estão se tornando o habitat predominante da humanidade. São mais de 200 mil no mundo, abrigam entre 1300 e 1500 milhões de seres humanos e recebem 75% dos migrantes, refugiados ou desalojados (cf. UN-HABITAT). O contraste desta paisagem com a suntuosidade dos ricos núcleos urbanos não pode mais que dar voz de alerta sobre a imoralidade dessa ordem de coisas e do risco permanente para a paz social que traz essa desigualdade. Às vezes, o muro deixa de ser invisível para se transformar em sólidas barreiras físicas como as que separam os Country Clubs das favelas, Israel da Palestina ou EUA do México.

Esta «economia que mata» longe de pôr os avanços da ciência e da tecnologia a serviço da dignidade humana, os utiliza para agregar mais tijolos ao muro. A robótica e a biotecnologia aplicadas unicamente para aumentar os lucros reduzindo os custos do trabalho lança os homens a uma nova classe de despossuídos, não mais dos meios de produção, mas também da mera possibilidade de colocar sua força de trabalho à disposição do capital, pois «não só são explorados, mas supérfluos e descartáveis», como disse Francisco. Estes nossos irmãos, então excluídos, são reutilizados como matéria-prima pela «indústria do descarte» e lhes espremem até a última gota de sangue nesse verdadeiro «moedor de carne», essa «fábrica de escravos» do trabalho sem direitos. O muro não marca os limites da soberania do Capital: fora dele também governa tiranicamente o Deus Dinheiro.

A dissociação entre as variáveis populacionais (crescimento demográfico, fluxo migratório) e socio-territorial (distribuição da população, oportunidades de emprego) chegou tão longe que seus causadores o vêem hoje como a prin-

cial ameaça para a «estabilidade» social. O fato é que a multidão de excluídos exerce uma pressão constante sobre o muro. Talvez seja por isso que hoje renasce uma grande variedade de teorias neo-malthusianas, algumas mais sutis, outras mais explícitas, que em última instância pretendem culpar os pobres por sua própria situação e até planejar seu extermínio cientificamente. Não é ousado dizer que a fome, o tráfico de drogas, a morte de milhares de migrantes, as pandemias evitáveis, os surtos «espontâneos» de violência tribal, a indiferença ao sofrimento humano mais cruel são formas de **terrorismo de Estado por omissão, pragas que são permitidas, promovidas e inclusive planejadas.**

O fato social de que existem muitas pessoas neste sistema se eleva à categoria de verdade natural. No entanto, a exclusão não é o produto da natureza ou uma fatalidade histórica. Não é o resultado de um excesso de população, de limitações territoriais ou de escassez de recursos. O muro não se constrói sozinho. As teses malthusiana são uma mentira vil que visa mistificar o muro e justificar um plano real de extermínio contra os pobres. No capítulo XXIII de “O capital”, Marx explica em termos de ciência econômica uma obviedade do ponto de vista do mais básico humanismo moral: não existe superpopulação em termos absolutos, mas apenas em relação às necessidades mesquinhas do capital. É sempre “relativa”. Do ponto de vista popular, por exemplo, podemos denunciar uma verdadeira superpopulação de plutocratas mesmo que ela seja composta somente por um punhado de famílias (distribuindo a riqueza de apenas 85 famílias dobraria a de 3 bilhões de pobres!).

No entanto, no passado, os sobressalentes integravam uma espécie de “exército industrial de reserva” que foi útil porque ofereceu braços quando a produção crescia e mantinha a pressão sobre a oferta de trabalho inibindo as reivindicações salariais. Hoje as coisas parecem ter mudado. Assim perceberam diferentes pensadores do denominado Terceiro Mundo. José Nun, sociólogo argentino, desenvolve o conceito de “**massa marginal**”. Argumenta

que em uma fase financeira e monopolista, digamos Imperial, o Capital cria uma categoria da população que não faz parte de nenhuma reserva, é uma população não funcional para o processo de acumulação capitalista; pelo contrário, ele pode se tornar uma séria ameaça à estabilidade, em uma “**classe perigosa**”, nas palavras do economista britânico Guy Standing. Frei Betto, com certa ironia, qualifica os companheiros deste setor como “**pobretariado**” e o considera o sujeito social mais dinâmico deste período histórico.

O sistema enfrenta hoje o desafio de gerenciar os “resíduos populacionais” que lança extramuros e reforçar as suas defesas, para que não tentem cruzá-lo. Logra isso às vezes reprimindo-os, às vezes lançando algum tipo de assistência social. Em algum momento, tanto o policiamento como certo assistencialismo «*figura entre os faux frais [despesas extras] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital cria para se livrar deles e jogá-los sobre os ombros da classe trabalhadora e da classe média baixa.*»

### **3. A economia popular como campo de batalha**

Do outro lado do muro, os pobres e excluídos não se resignam a morrer e criaram um circuito econômico próprio - a Economia Popular - a qual explica muito melhor do que os subsídios ou a repressão a forma que se sobrevive lá.

Trata-se do conjunto de práticas econômicas destinados a satisfazer as necessidades de terra, habitação e trabalho negadas aos que vivem do outro lado do muro. Longe do cálculo produtivista da empresa capitalista, este conjunto heterogêneo de atividades de subsistência se desenvolve com recursos simples, luta e sacrifício. As atividades da economia popular conseguem atravessar o muro de exclusão penetrando clandestinamente no coração das cidades modernas, ocupando o espaço público e levando para os subúrbios um pouquinho da riqueza que este sistema concentra em seus centros.

É a força vital do povo pobre que não se resigna a sobreviver assistido, resiste, luta e procura soluções para os seus problemas. São os excluídos que, espontaneamente organizados, conseguem com suas próprias mãos o que o sistema lhes nega: terra, moradia e trabalho para milhares de milhões de pessoas ao redor do mundo. Como eles fazem isso? Ocupando terrenos vazios nas periferias urbanas para resolver o problema da habitação ou em áreas rurais para produzir alimentos, ganhando as ruas centrais das grandes cidades para vender bijuterias ou artesanato, criando grandes feiras para abastecer-se a preços acessíveis, recuperando fábricas abandonadas ou falidas para manter os empregos, coletando material reciclável do lixo, transportando pessoas ou encomendas em veículos sem licença e uma série de atividades que, embora os Estados se recusem a reconhecer, não param de crescer.

Há uma enorme variedade de comércios populares: catadores e recicladores, vendedores ambulantes e camelôs, freteiros e mensageiros informais, trabalhadores de empresas recuperadas e empreendedores populares, camponeses e agricultores familiares, etc. Os elementos comuns são basicamente três: 1) os setores populares são **donos dos seus meios de produção**, 2) a produção não está organizada de acordo com a racionalidade burguesa, mas da **cultura popular**, 3) o trabalho é tecnicamente independente embora economicamente dependente e legalmente **desprotegido**.

A Economia Popular não é um fenômeno estático, mas dialético, um movimento com três momentos. É uma **realidade** terrivelmente precária emergente da exclusão capitalista; um **caminho** de resistência coletiva frente a essa exclusão; um **destino** que aspiramos formar na luta popular. O sujeito ativo que permite o trânsito dessas três fases, o catalisador de processos de mudança é o povo pobre organizado, ou seja, a **organização comunitária de base, articulada nas estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais**.

Sem organização comunitária, a economia popular é mero “capitalismo periférico” que não deve ser idealizado. A economia popular, de maneira crua, não é uma forma de comunismo primitivo nem o país das maravilhas, mas o resultado de uma imposição econômica anterior que é a exclusão. As práticas de economia popular não são experimentos de autogestão (“economia social”) esboçados na Sorbonne, mas formas de resistência econômica à exclusão que muitas vezes crescem como uma árvore torcida. Há situações de opressão e injustiça terríveis que acontecem dentro da Economia Popular. Do outro lado do muro, como dissemos, também governa o Deus Dinheiro e muitas vezes consegue impor seu mandamento. Portanto, podemos dizer que a Economia Popular é um campo de batalha real entre uma orientação comunitária e outra parasitária, a primeira constrói o poder **dos** excluídos, a segunda o exerce **sobre** os excluídos.

A Economia Popular tampouco está desconectada dessa Grande Rede que é a economia de mercado idólatra. Nossos companheiros estão **excluídos dos direitos sociais, mas de forma assimétrica integrados aos processos de acumulação capitalista**. Do outro lado do muro não está só o descarte social, mas muitas possibilidades de negócios para os capitais aventureiros que se atrevem a atravessá-lo. Como Edward Thompson disse: *“estamos acostumados a pensar que a exploração é algo que acontece sobre o terreno, no momento da produção.”* Esta maneira de ver as coisas nos impede de entender as novas formas de exploração indireta e opressão que muitas vezes sujeita nossos companheiros. As cadeias de valor que incorporam trabalho popular terceirizado (por exemplo, reciclagem, indústria têxtil, etc.), os Estados que aplicam impostos regressivos sobre o consumo popular; as multinacionais que impõem padrões de consumo e produtos na cesta básica; a especulação imobiliária que exerce uma enorme pressão sobre bairros e territórios populares; e o setor financeiro, hegemônico e predatório, que também endivida os humildes. Exclusão e exploração não são mutuamente contraditórios. Geralmente ocorrem em conjunto.



#### 4. Os excluídos organizados. Os humildes como sujeito de mudança

A ideia de exclusão social tem dificuldades teóricas óbvias. Define um sujeito social não por seus atributos, mas sim por suas deficiências. Esta abordagem tem uma longa tradição na história das lutas populares. O miseráveis, os destituídos, os despossuídos, os desamparados foram protagonistas dos grandes processos de mudança. O peronismo falou em “humildes” para caracterizar os que, junto aos operários assalariados, eram uma parte fundamental da aliança social de mudança na Argentina oligárquica. É uma bela palavra porque vem do latim humus, Terra. Somos, nada mais nada menos, gente da Terra... Não por nada este foi o nome adotado por um indômito povo originário da Patagônia: os Mapuches (*Mapu*: terra; *Che*: pessoas).

Outro problema é a limitação de certas interpretações mecanicistas de idéias esquerdistas que se tornaram um “guia de ação” em um dogma antiquado. A idéia de que a produção do trabalhador assalariado excede o valor de seu trabalho teve enorme potência política e ideológica nas lutas sociais do século passado. Isso gerou a crença de que aqueles que trabalham têm direito a mais do que recebem e, portanto, são credores de uma dívida social. Hoje em dia esta noção, embora válida e necessária, é claramente uma premissa teórica insuficiente.

Nessa perspectiva, sem uma atualização teórica adequada, o excluído sem inserção direta no projeto capitalista, parece necessitar de legitimidade para lutar e reclamar. “O que eu tenho que ver com esse cara se ele não é meu empregado?! Eu não roubo dele nem um pouquinho de mais-valia!”, diz o empresário. “O que eu tenho que ver com esta mulher se ela não é minha filiada?! Ela não vende sua força de trabalho!”, diz o sindicalista. Este argumento é usado não só por setores capitalistas que adaptam o marxismo a sua própria conveniência, mas também por muitos líderes sindicais e ativistas. Como os humildes

não se enquadram na definição de classe estática e positivista, a sua situação precária é naturalizada, lhes é negado o caráter de sujeito social protagonista e são inclusive marcados como lumpem. Caem no erro indicado por Thompson: supor “*que as classes existem independente de relações e lutas históricas, e que lutam porque existem, em vez de sua existência surgir da luta*”.

Na prática histórica da América Latina das últimas décadas, vemos com clareza imaculada que o setor popular mais dinâmico na luta pela mudança social são excluídos, os pobres organizados do campo e da cidade. As fissuras mais emblemáticas do período neoliberal não se deram entre patrões e operários, mas a partir da resistência dos excluídos que tem a sua própria forma de consciência e resistência. São formas de consciência e resistência de caráter mais “horizontal” que “vertical”, nas quais não são tão importantes as *diferenciações internas* que possam existir em determinada atividade econômica, unidade produtiva ou território, mas a unidade *como* excluídos, humilhados e desprezados, moradores da vila e do assentamento, membros de uma mesma comunidade campesina ou indígena. E se dão principalmente em torno dos direitos de posse e/ou uso da terra, imóveis licenças, autorizações e espaço público. A estratificação interna, às vezes profunda - que ocorre, por exemplo, em uma vila ou uma grande feira popular, nas atividades populares urbanas ou em uma colônia agrícola, são contradições secundárias solucionadas por meio do fortalecimento da organização comunitária como substrato organizacional da economia popular, desenvolvendo-a de maneira solidária, promovendo formas de propriedade comunitária sobre os meios de vida e a distribuição equitativa dos frutos do trabalho. ◀

---

Tradução: Daniela Pericolo Sgiers  
(Coletivo Chasqui)  
Revisão: João Gabriel Almeida  
(Coletivo Chasqui)

# Tempos de resistência ética

---

Oswaldo León

Alguns dias atrás, foi revelado um segredo bem conhecido por todos: a corrupção na FIFA. O processo aberto nos EUA contra dirigentes dessa entidade que supostamente estavam relacionados com inúmeras irregularidades e delitos, segundo investigações feitas pelo FBI. De modo paradoxal, com golpes de arrependimento e discursos moralistas, este fato foi capitalizado, direta ou indiretamente, pelas corporações comprometidas com tais jogadas, como a grande mídia e as instituições relacionadas. As mesmas que condenaram grandes figuras do futebol quando, antes, formulavam denúncias desse mesmo tipo.

O eco deste acontecimento, é claro, se relaciona com o fato que se trata de uma das expressões mais significativas da globalização em termos de mercado: o futebol, um dos esportes mais populares na terra, tem na FIFA a máxima instância, a qual tem status de ONG sem fins lucrativos mas quem, de fato, conta ganhos econômicos tão grandes quanto os das empresas transnacionais, só que com mais influência política do que a maioria delas.

Não é um exceção. Para nos limitarmos aos últimos acontecimentos, há uns dias atrás foi revelada a participação de políticos e empresários de vários países em fraudes financeiras operadas pelo banco HSBC. E, se passamos ao plano das organizações internacionais, olhando apenas para o cerne do Fundo Monetário Internacional (FMI) cujos últimos três dirigentes têm sido investigados por atos de corrupção.

Estas situações não são fortuitas. Como afirma o sociólogo francês Alain Touraine, autor da obra “o fim das sociedades”, são a expressão mais clara do domínio do capitalismo financeiro que está acabando com as construções sociais do passado. O sociólogo afirma que o que resta é confiar na resistência ética. Nessa linha ele destaca a presença do Papa Francis-

co no cenário internacional, pela sua trajetória e seu vocabulário.

Diferentemente dos que o antecederam, desde o início da sua missão Francisco claramente assumiu o papel de estadista, quando colocou na sua agenda os problemas do mundo e da sociedade a partir de uma postura de autocrítica a respeito da própria igreja (a reforma dos organismos do Vaticano, correções na administração econômica, punição da pedofilia, etc.) para que a mesma tenha as portas abertas.

Ao resgatar a concordância entre as palavras e os fatos, seu compromisso com a paz e a resolução de conflitos internacionais tem tido múltiplas expressões: da denúncia da possibilidade de que “uma guerra pode ter começado aos poucos, com crimes, massacres e destruições” até ações específicas de mediação (Israel e Palestina, EUA e Cuba, Síria etc.).

O Papa vem de publicar a encíclica “*Laudato si, sobre o cuidado da casa comum*”, onde convida à conversão ecológica. No ano passado, na exortação *Apostólica Evangelii Gaudium* expôs seu pensamento social e deixou claras as suas questões sobre o neoliberalismo. Assim reivindicou a primazia do ser humano sobre o capital e a necessidade de recuperar pautas éticas na vida pessoal e coletiva. Nessa linha, animou a organização do encontro mundial de movimentos populares (Roma-Vaticano, 27 a 29 de outubro de 2014) para ver conjuntamente novos caminhos para a inclusão social. Desde então, tem ficado em aberto um espaço de diálogo, sob a premissa das palavras de Francisco nesse item: “queridos irmãos e irmãs, sigam com sua luta, ela faz bem para todos”. ☞

---

Tradução: Diana Paola Gómez Mateus  
(El Eje: CC/Coletivo Chasqui)  
Revisão: Erika Nascimento (UFF)

# Base material e espiritual

# Terra e território para o desenvolvimento do Bem Viver

---

Diego Montón e Deo Carrizo

*A reforma agrária é uma obrigação  
moral dos governos*  
Papa Francisco

*“Devemos derrotar o modelo agrícola  
imposta pelas corporações do agro-  
negócio, que apoiados pelos capitais  
financeiros internacionais, e baseados  
em monoculturas transgênicas, uso  
massivo de agrotóxicos e expulsão de  
camponesas e camponeses do campo,  
é o principal responsável das crises  
alimentar, climática, energética e de  
urbanização”*

Declaração do VI Congresso da CLOC  
Vía Campesina, em Buenos Aires, 2015

A terra, o pão e paz são uma tríade de reivindicações populares que atravessam nossa história. Tanto as transformações luteranas que tiveram uma forte base camponesa como a revolução russa e a chinesa são exemplos de revoluções que têm esses lemas originalmente como base.

A América Latina, desde a conquista, está atravessada por essa disputa. A disputa material pela terra, e também sua dimensão ética

---

Diego Montón e Deo Carrizo são integrantes da Secretaria da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo - Via Campesina (CLOC-VC).

e espiritual sobre como a concebemos.

Para as diversas filosofias originárias, a terra é nossa mãe, nós pertencemos a ela e o usufruto de suas bondades é coletivo, comunitário, e necessariamente respeitoso com a integração com a natureza.

Portanto, pelo menos na América, é difícil pensar no cumprimento efetivo dos direitos humanos, econômico-sociais e culturais, sem satisfazer o direito ao uso da terra, pensando na mesma como um patrimônio coletivo cujo fim é garantir o Bem Viver. Podemos assegurar que ao abrir mão da terra e do território, nos é arrebatada parte de nossa identidade que é outro direito fundamental.

Lamentavelmente nos últimos anos, segundo a FAO, ficaram evidentes na América Latina “intensos processos de concentração e estrangeirização da terra”.

Durante mais de 500 anos os povos indígenas têm resistido à ofensiva imperialista que não só desconhece a cultura e a espiritualidade dos povos como também, em termos do direito liberal, retira dos habitantes seus legítimos direitos de posse da terra.

No sul do continente, há duzentos anos, no âmbito das revoluções pela independência da Espanha, Artigas, junto com os camponeses,

charruas, guaranis e negros, lançou o código de terras e sob o lema de “Terra para os ninguém” distribuiu, entre os setores populares, as terras confiscadas aos latifundiários com a condição de que se estabelecessem e trabalhassem nela. Podemos afirmar que a função social da terra era parte do projeto histórico da Pátria Grande.

Cem anos depois, no México, Emiliano Zapata e Pancho Villa, assentaram as bases da Reforma Agrária, “A terra para quem a trabalha”, conseguindo o reconhecimento da terra comunal fora do mercado liberal. Estas conquistas, ao não conseguirem aprofundar-se em transformações estruturais na sociedade, foram ficando subordinadas aos interesses das burguesias e as ofensivas coloniais. Destinos similares aconteceram no Chile e na Nicarágua com suas contrarreformas.

A reforma agrária cubana, realizada no contexto da revolução socialista, não só perdeu, como também continua aprofundando a questão com a distribuição da terra para desenvolver a agricultura camponesa e agroecologia. Foi em parte graças a essa reforma agrária que os cubanos resistiram ao bloqueio sem desnutrição. Na Bolívia, o governo de Evo Morales e os movimentos camponeses indígenas originários distribuíram 62,8 mil hectares em diversas formas de propriedades para camponeses indígenas e agricultores familiares, reservando 43% às mulheres. Estas políticas de Cuba e Bolívia se dão na contramão de um processo de concentração de terras que nosso continente vive desde sempre.

### **Crise e nova ofensiva imperialista sobre a terra**

Atualmente, no âmbito da crise do capitalismo, que não é só econômica e financeira, mas principalmente alimentar, energética e climática, a disputa pela terra adquire novas características.

Na divisão internacional do trabalho e na produção que o capital propõe, nosso continente

deve produzir matérias primas e principalmente commodities. Dispondo de enormes massas de capital derivadas do sistema financeiro e de suas bolhas, as corporações transnacionais invadem nossos territórios com o objetivo de subordinar nossa terra aos seus interesses. Mesmo sabendo que é um procedimento dentro de uma história que vem dos tempos da colônia, na atualidade a velocidade dos desalojamentos e da transformação dos territórios é impressionante.

É tamanho o volume de capital que essas corporações manejam, que em poucos dias podem transformar milhares de hectares de bosques nativos e diversos, onde dezenas de famílias camponesas moram e produzem alimentos, num manto verde de culturas transgênicas, que produzem mercadorias para a especulação no mercado global de alimentos.

Calcula-se que nos últimos 30 anos foram cortados aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados de florestas na América Latina, o que equivale a uma superfície maior que a do México.

Este é o projeto global do capital financeiro para a agricultura e o agronegócio, que disputa hoje a terra com a vida camponesa indígena e com nosso projeto histórico de produção de alimentos para os povos, que denominamos Soberania Alimentar.

### **Tecnologia como mecanismo de subordinação**

A partir da base de uma grande diversidade biológica, produto de mais de 10 mil anos de agricultura camponesa indígena, as corporações desenvolvem uma tecnologia que permite controlar a agricultura e sua renda; se baseia em consolidar um sistema de propriedade intelectual e patente sobre as espécies agrícolas, a partir dos transgênicos. De fato, privatizam-se as sementes e as variedades agrícolas que são patrimônios dos povos. Esta tecnologia permite reduzir o trabalho no campo aumentando o uso de agrotóxicos, além

de permitir a fusão do mercado de sementes transgênicas com o de pesticidas, causando sua interdependência.

Com a consagração dessa tecnologia, um punhado de corporações transnacionais, dentre elas Monsanto, Bayer, Syngenta, Dreyfus, Cargill, ADM, controlam o mercado de sementes, de agrotóxicos e de grãos.

A concentração do mercado e o relacionamento que existe entre as corporações, bancos e fundos de investimento, permitem que se estabeleçam altíssimos preços para as commodities, preços que não correspondem à oferta e demanda, nem aos custos de produção, mas que na realidade estão sujeitos à especulação.

Esses preços altos, acabam impactando nos alimentos em geral, agravando a crise alimentar global, que, segundo ETC Group, afeta mais de 2 bilhões de desnutridos no mundo.

Com esse esquema, os alimentos se convertem em mercadorias, e cada vez mais resulta difícil ter acesso a eles. Segundo a FAO, mais de 40% dos alimentos que circulam nessa cadeia agroalimentar são desperdiçados.

Em termos de renda, quem leva as grandes porções desse modelo agrícola são as corporações, enquanto que aos Estados e empresários locais é deixada uma mínima porção; entretanto, esses elevados e desproporcionais preços das commodities, cumprem um papel de sedução e condicionamento dos governos na América Latina, pois ao facilitar o desenvolvimento da agricultura industrial percebem-se altos ingressos em conceito de divisas que os países em desenvolvimento tanto requerem para equilibrar suas balanças de pagamentos.

Mas o custo que se paga é alto demais, pois se produzem transformações estruturais que tornam as nossas democracias muito vulneráveis: milhões de famílias desalojadas de suas terras vivem concentradas e amontoadas em megálópoles, nas quais não há trabalho nem moradia para todos e os governos progressistas se

veem obrigados a gerar planos de assistência para diminuir a fome e a indigência.

## Violência

Nós, dos movimentos camponeses, organizados para resistir a esta investida, sofremos a violência, criminalidade e, em muitos casos, a morte.

No dia 22 de julho começa o julgamento pelo massacre de Curuguaty, no Paraguai, em que um agroempresário apropriou-se de uma propriedade do Estado e quando os camponeses quiseram recuperá-la, foram emboscados e massacrados; 11 camponesas morreram, embora no julgamento só haja campesoneses indiciados. Isso demonstra como o poder judiciário e as forças repressivas estão em função dos interesses do capital transnacional e de seus sócios locais.

Foi o massacre o que determinou a queda do presidente Fernando Lugo. Em Curuguaty foi que, por esses caprichos da história, Artigas terminou seus dias no exílio, logo de sua derrota no projeto da Pátria Grande.

Mais de 100 dirigentes camponeses foram assassinados em Honduras, mapuches, líderes camponeses e sindicalistas do campo são presos políticos nas prisões do Chile, Paraguai, Colômbia, México, entre outros.

São só alguns exemplos da hostilidade que padecem os que assumem lutar pelos direitos camponeses indígenas em nosso continente, em democracias ou em ditaduras, e produto dessa ofensiva pela terra e pelo modelo de produzir alimentos.

A violência pode ter cara paramilitar, ou exército, pode se traduzir em despejos, trabalho escravo, ou o de fumigação com agrotóxicos. Em 2013 e 2014 a CLOC VC, apresentou informes regionais perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, nos quais se visualiza um padrão comum entre as violações aos direitos das camponesas e camponeses: o

avanço das corporações transnacionais e seu projeto de agricultura na região.

## **Agricultura camponesa indígena: Base para a Soberania Alimentar**

Contra todo relato “científico” das corporações, o agronegócio não é mais eficiente em termos energéticos que a agricultura camponesa, ao contrário, é muito mais ineficiente. ETC Group mostra em diferentes análises que a agricultura camponesa agroecológica utiliza até 30 vezes menos energia para produzir um quilo de milho ou arroz comparado com o pacote tecnológico que usa a agricultura industrial nos EUA. O mesmo informe indica que com somente ¼ da terra agrícola mundial a agricultura camponesa alimenta mais de 70% da população global.

É evidente que hoje a luta pela terra não se reduz somente ao direito das pessoas a resistirem ou a cederem, e sim que se enfrentam, além disso, duas formas de se conceber a agricultura e a função da mesma.

O projeto imperialista busca perpetuar o colonialismo e o saque, com o apoio da agricultura industrial, colocando a terra em função dos interesses do capital financeiro. As burguesias regionais estão subordinadas a esse projeto.

O projeto popular, pelo contrário, requer como condição para aprofundar a democracia e construir a independência definitiva, a Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar só é possível junto com a agricultura camponesa indígena e com o desenvolvimento da agroecologia.

É necessário impulsionar um processo de Reforma Agrária Integral e Popular em todo o continente que permita novamente uma função social da terra.

Falamos de terra não só para os que vivem no campo, mas também da volta ao campo dos

milhões de migrantes e excluídos das cidades.

Esta reforma agrária integral e popular consiste em:

- **Democratizar a terra:** garantindo o direito de todos os trabalhadores a ter acesso à terra para viver e produzir nela. Garantir a permanência na terra das famílias camponesa indígenas. Facilitar mecanismos de acesso à terra para todas as famílias. Garantir o reconhecimento e restituição do território aos povos indígenas. Expropriar todas as terras que não cumpram com sua função social assim como também as terras das corporações e bancos estrangeiros e fundos de inversão e especulação, e utilizá-las para o assentamento de famílias sem-terra. Estabelecer limites máximos para a propriedade da terra, e suprimir a cobrança de arrendamentos pelo uso da terra.
- **Nova Organização da produção agrícola:** a prioridade deve ser a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno e local, sem agrotóxicos, sem sementes transgênicas, para o princípio da Soberania Alimentar, promovendo a cooperação e a associação cooperativa, fortalecendo o trabalho comunitário e sua relação com empresas públicas. O Estado deve regular os mercados e garantir preços justos aos agricultores e aos consumidores, estabelecendo programas de compra da produção e de mercados populares que quebrem os monopólios das corporações.
- **Agroindústria:** Requer o desenvolvimento de agroindústrias camponesas locais, de modo a agregar valor à produção e gerar trabalho no campo. Devem existir políticas públicas e recursos destinados a fazer com que em todas as comunidades a renda da indústria fique para os camponeses e as comunidades rurais.

- **Infraestrutura e desenvolvimento rural:** É imprescindível a educação e a saúde de qualidade no campo, assim como a infraestrutura comunitária, rodovias, e centros integradores para melhorar a qualidade de vida no campo.
- **Políticas públicas:** O Estado deve gerar instituições sem burocracia que estabeleçam esses programas agrários, com créditos e subsídios suficientes, assistência técnica e mecanismo de regulação, controle e sanção às corporações e oligopólios.

Este projeto para a agricultura não será possível só a partir das lutas camponesas indígenas; é necessário que forme parte de um projeto popular e que a classe trabalhadora, os setores populares do campo e a cidade, se comprometam com o mesmo. Somente uma luta unitária nos abrirá caminhos às transformações que necessitamos.

## Democracia, igualdade e paz: A esperança da Pátria Grande

UNASUR e a CELAC representam uma ruptura na história colonial e uma esperança para os nossos povos; recuperamos o projeto histórico da Pátria Grande, e nesse contexto devemos nos perguntar:

É possível emancipação sem Soberania Alimentar? É possível fortalecer nossas democracias junto às corporações? É possível a justiça em territórios dominados pelas lógicas do capital financeiro?

A ofensiva política do imperialismo utiliza o desabastecimento de alimentos como uma arma letal. Vemos como essa ferramenta antecipou o golpe a Salvador Allende no Chile, e como é utilizada hoje na Venezuela, assim como na Argentina; os monopólios alimentares pressionam o aumento sistemático dos preços dos alimentos. Sem dúvida condicionam os processos democráticos.

Por isso afirmamos que só será possível aprofundar a integração e construir um projeto popular latino-americano, se consolidarmos a Soberania Alimentar. E isso só será possível com uma profunda Reforma Agrária Integral e Popular que percorra todo o continente e volte a pôr a terra nas mãos da agricultura camponesa em função do Bom Viver dos nossos povos. ◀

---

Tradução: Sergio Barboza (Coletivo Chasqui)

Revisão: Vitor Taveira (Coletivo Chasqui)

*“A outra dimensão do processo já global é a fome. Quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como qualquer mercadoria, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isso é um verdadeiro escândalo. A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável. Eu sei que alguns de vocês reivindicam uma reforma agrária para solucionar alguns desses problemas, e deixem-me dizer-lhes que, em certos países, e aqui cito o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, “a reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral” (CDSI, 300).”*

**Papa Francisco**, discurso para os participantes no Encontro Mundial de Movimentos Populares (28 outubro 2014)

# A quem serve o caos climático?

---

Silvia Ribeiro

A mudança climática é uma das consequências mais brutais do sistema industrial dominante de produção e consumo. Essa brutalidade se deve tanto por seus impactos sobre a gente comum, que afetam principalmente os mais pobres e vulneráveis, como pelo fato de ter desequilibrado um ecossistema que é resultado de milhões de anos de estabilização e que é base de toda a vida na Terra.

Os efeitos do caos climático são cada vez mais graves: tempestades violentas, secas, inundações, migrações. Suas causas são claras, porém, como questionam as bases da “civilização petrolífera” e os interesses das empresas que mais se beneficiam dela (indústrias de energia, petroquímica e agronegócios), a oposição à mudança é bastante pesada. Com o desastre aumentando, a estratégia é fingir que são tomadas medidas para melhorar a crise - perigosas falsas soluções - que asseguram a essas empresas formas de lucrar com o desastre. Isto é o que as indústrias e governos a seu favor preparam como resultado do novo acordo global sobre mudanças climáticas que deve acontecer em Paris em dezembro de 2015. É gravíssima a falta de medidas reais para combater as causas do caos climático, e a ele acrescentam-se as falsas soluções, que não têm impactos muito sérios e, inclusive., desequilibram o clima ainda mais.

A principal causa da mudança climática é a expansão da industrialização baseada em petróleo, gás natural e carvão, majoritariamente para a geração de energia, sistema agroindustrial de alimentos e urbanização selvagem.

---

Silvia Ribeiro é pesquisadora do Grupo ETC [www.etcgroup.org](http://www.etcgroup.org)

A responsabilidade histórica é brutalmente desigual: dez países, principalmente Estado Unidos e países europeus, causaram mais de dois terços dos gases de efeito-estufa emitidos desde 1850. Por sua entrada na industrialização selvagem, desde 2010 o principal emissor é a China, agora com 23% das emissões globais, seguida pelos Estados Unidos, com cerca de 16%. Contudo, traduzindo em emissões por pessoa, os Estados Unidos emitem em média 17 toneladas por pessoa e a China 5,4.

Os Estados Unidos, com 4,3% da população mundial, consomem 25% da energia global. Outra faceta da crescente injustiça econômica no planeta é o fato do 1% mais rico da população deter 50% da riqueza mundial e, no outro extremo, os 80% da população mais pobre deter apenas os 5,5% dessa riqueza (Oxfam, 2015).

Estamos diante de um modelo profundamente injusto de exploração da gente e da natureza, que só beneficia a uma pequena minoria, mas está levando o planeta a romper todos os limites ecológicos de sobrevivência, dos quais o clima é um dos mais evidentes e mais graves.

Urge mudar esse modelo e reduzir drasticamente a emissão de gases de efeito-estufa, única solução real. Porém, com o poder econômico das indústrias beneficiadas e os enormes subsídios que recebem dos governos - aos quais retomam o favor apoiando suas campanhas políticas - mudar ou reduzir as emissões não está em suas agendas.

## Agricultura climaticamente inteligente ou mais contaminante?

Os sistemas de agricultura e alimentação são um dos maiores paradoxos. O sistema agroin-



dustrial de alimentos, desde as sementes e agrotóxicos, passando por transporte, processamento, envase, refrigeração, até a venda em grandes supermercados, provocam de 44 a 57 por cento dos gases de efeito-estufa. Ainda assim, somente alimentam 30 por cento da população mundial, mesmo usando entre 70 e 80 por cento da água, de combustíveis para utilização agrícola e das terras.

Inundam-nos com mentiras sobre a baixa produtividade e insuficiência dos sistemas camponeses de produção e mercados locais: o certo é que estas formas de produção, distribuição e consumo, incluindo a colheita e as hortas urbanas, alimentam 70 por cento da população mundial, embora os pequenos agricultores detenham apenas 25 por cento das terras em nível global e usem de 20 a 30% dos combustíveis e água de uso agrícola. Se estes pequenos agricultores tivessem terra suficiente e políticas públicas de apoio, o manejo campesino e agroecológico dos solos poderia absorver o excesso de gases de efeito-inverno em 50 anos além de proporcionarmos melhores alimentos a todos, diminuindo a desigualdade (ETC Group, 2014; La Via Campesina y Grain, 2015).

Ao contrário, a opção que é apresentada por empresas de agronegócios, alguns governos e a FAO, se chama “agricultura climática inteligente” e complicará o problema. Trata-se de mais transgênicos, agora “resistentes” àivos camponeses, mas quer impor com sementes transgênicas que, além disso, aumentarão o uso de agrotóxicos e a contaminação. Essas sementes não funcionarão contra a mudança climática, mas isso não impede que tentem vendê-las. O rótulo de “agricultura climaticamente inteligente” inclui também a apropriação dos solos para o sequestro de dióxido de carbono, técnica separada da vida rural, apenas para cobrar créditos de carbono e comercializá-los em mercados especulativos, criando mais vulnerabilidade a quem se preste ao engano.

## **A armadilha das petroleiras**

Por sua parte, a indústria petroleira prepara uma manobra para seguir explorando combus-

tíveis fósseis, seguir emitindo gases e ainda cobrando para “sequestrá-los”.

A indústria de energia é a mais poderosa do globo. Das doze maiores empresas do planeta, oito são de petróleo e energia, duas são comerciantes de alimentos e duas fabricantes de automóveis (Revista *Fortune*, 2015). As maiores empresas globais coincidem com os mesmos setores que, segundo os especialistas, são os principais causadores da mudança climática: energia, sistema agroalimentar, transportes e urbanização.

As indústrias de energia controlam uma infraestrutura de 55 bilhões de dólares em todo o planeta. Possuem reservas não exploradas estimadas em 25-28 bilhões de dólares. Segundo o Fundo Monetário Internacional, os governos subsidiam essas indústrias com 5,3 bilhões de dólares anuais, ou como calculou o jornal britânico *The Guardian*, 10 milhões de dólares por minuto, durante todos os dias do ano de 2015. Um montante maior do que a soma dos gastos de saúde de todos os governos do mundo (FMI, 2015).

Essa soma inclui subsídios diretos e indiretos, como os enormes gastos de saúde e ambiente imputados ao uso de combustíveis fósseis. O informe do FMI foi rebatido por fontes empresariais, alegando que são subsídios ao consumo e que outros combustíveis também têm impactos. Porém, em todo caso, tratam-se de cifras exorbitantes de subsídios públicos para as empresas mais contaminantes e ricas do planeta.

Com tais cifras em jogo em infraestrutura, reservas e subsídio, é óbvio que a indústria de energia não renunciará aos seus investimentos ainda que o planeta se aqueça até morrer. Por isso, a geoengenharia oferece uma solução “perfeita”: não tem que mudar nada, pode seguir aquecendo o planeta e depois cobrar para esfriá-lo, vendendo mais tecnologia.

As propostas da geoengenharia incluem manipular o clima ao tampar o sol (para baixar a temperatura), remover os gases da atmosfera e enterrá-los em poços geológicos, mudar a química dos oceanos, branquear as nuvens, entre

outros. Tudo em geoengenharia implica altos riscos, por isso está sob moratória na ONU. Por ela, a manobra é começar legitimando algumas propostas, ainda que não funcionem, para logo impor o pacote das mais perigosas, alegando que é muito tarde para outra coisa. O que empurram agora se chama CCS e BECCS (suas siglas em inglês): “captura e armazenamento de carbono” e “bioenergia com captura e armazenamento de carbono”

CCS é uma alteração de nome de uma técnica que já existia na indústria petrolífera: *Enhanced Oil Recovery* (EOR, recuperação melhorada de petróleo). Trata-se de injetar dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) à pressão em poços de petróleo já explorados, para empurrar as reservas mais profundas até a superfície. Não foi desenvolvido porque a instalação desta tecnologia é cara e o petróleo extraído não compensa a inversão.

Agora, com a mágica mudança de nome para CCS, as petrolíferas afirmam que armazenarão CO<sup>2</sup> nos poços de petróleo e outros fossos geológicos, retirando o carbono da atmosfera e que, portanto, essa é uma medida contra a mudança climática que deve ser apoiada e receber créditos de carbono. Sustentam que assim poderão contra-arrestar emissões de dióxido de carbono de indústrias contaminantes (mineração, carboelétricas e outras) e o resultado será “emissões de quantidade zero”. Ou seja, por um lado emitem mais e por outro, enterram e armazenam CO<sup>2</sup>, o que segundo suas contas alegres, resultará em zero emissões. Com BECCS (bioenergia com captura e armazenamento de carbono) calculam emissões negativas, porque com extensas monoculturas de árvores e outras plantas, o carbono seria absorvido e, agregando a proposta CCS, a soma seria negativa, segundo eles.

Não há nenhuma prova de que isso funcione, porém sabe-se que os riscos ambientais, sociais e de saúde para instalar CCS são altos: não há certeza de que o CO<sup>2</sup> permaneça no fundo desses poços; se existirem escapes, serão tóxicos para plantas, animais e humanos; contaminarão os mares e, segundo a área, poderão contaminar os aquíferos. As megaplantações para

“bioenergia” já são um pesadelo: existem movimentos contra elas em todos os continentes, pois elas contaminam, competem com a produção alimentícia (por terra e água), deslocam comunidades e devastam ecossistemas.

Se conseguem apoio para estas tecnologias de captura e armazenamento de carbonos, será iniciada uma nova onda de monopolização de terras, agora também subterrâneas. Nem todos os terrenos são aptos para armazenar carbono e os que se estimam que o são, serão monopolizados por esta poderosa indústria. Visando o negócio, os promotores de CCS elaboraram um “Atlas de armazenamento geológico de CO<sup>2</sup>”, mapeando os lugares aptos em várias regiões: já existem esses mapas para América do Norte, Europa, México e Brasil.

Shell afirma publicamente que as petrolíferas salvarão o mundo da mudança climática, com CCS e BECCS, pelos quais se deve pagar. Seria o máximo da perversão: pagar aos culpados pelo caos climático para que extraiam mais petróleo e nos coloquem em mais riscos. E quando em poucos anos ficar claro que essa falida tecnologia não funciona, apresentarão a geoengenharia e a Manipulação da Radiação Solar (nuvens vulcânicas artificiais e outras maneiras de tapar o sol) como as únicas saídas, ainda que desequilibrem os ventos e as chuvas nos trópicos com risco alimentar para 2 milhões de pessoas.

A situação é grave e parte da resistência é conhecê-la, não deixar que nos enganem com estas propostas e seguir afirmando as redes e soluções verdadeiras desde baixo, no campo e na cidade. ◀

Mais informações:

ETC Group, “Con el caos climático, quién nos alimentará”, 2014 <http://bit.ly/1uJiYv>

Monitor de geoingeniería: <http://bit.ly/1MWyslz>

Via Campesina y Grain, La solución al cambio climático está en nuestras tierras, 2015 <http://bit.ly/1ESorXE>

---

Tradução: Bethania Pereira (Coletivo Chasqui)  
Revisão: Sarah Fernandes (Coletivo Chasqui)

# Reforma Política, corrupção e o direito à cidade

---

Eduardo Cardoso

Segundo o Censo de 2010, a população urbana brasileira chegou a 84%, são mais de 160 milhões de brasileiros vivendo no meio urbano. A cidade se tornou um grande negócio, o carro chefe é a *corrupção* imobiliária, obtendo renda sem nada produzir, através de conluíus com os poderes públicos, na definição do uso do solo e na não efetivação da função social da propriedade, conforme determina a Constituição.

As políticas públicas também têm sido alvo do capital privado. As terceirizações dos serviços e de políticas públicas, acompanhadas da precarização destes, irá levar as cidades ao caos. Mas por que o Estado deixou de cumprir o seu papel?

Se acompanharmos o financiamento das campanhas eleitorais, iremos constatar que há um ciclo vicioso e pernicioso, que mantém as candidaturas reféns dos interesses privados. É a falência do interesse público e da democracia. Resumindo, você vota, mas quem decide o rumo das cidades, é o capital privado.

As campanhas eleitorais trocaram o militante pelo cabo eleitoral, as mobilizações e debates de rua pelos marqueteiros, que manipulam e moldam candidatos conforme pesquisas de

opinião. Não há mais uma identidade político ideológica, os partidos estão perdendo seu papel político.

Esta mistura entre capital privado, marqueteiros e a grande mídia, pauta a sociedade e se configura como a principal arma do capitalismo para manipular a sociedade a favor de seus interesses, usurpando o interesse público.

A produção habitacional, de equipamentos públicos e a oferta de serviços públicos, estão contaminadas pelo interesse privado, que “financiam” campanhas eleitorais e depois cobram a conta deste “investimento”. Do transporte “público” aos serviços de saúde, entre outros, a política de terceirização tem se alastrado com o objetivo de garantir renda e muito lucro ao capital privado. E são estes capitalistas, beneficiados por contratos milionários, os financiadores (ou investidores) das campanhas eleitorais. Este é o cerne da corrupção no Brasil!

A a corrupção se alastra como um vírus descontrolado, é um buraco negro que absorve tudo a sua volta, é a razão que alimenta o sistema capitalista. O capital nacional e internacional compram tudo, subornam tudo - diretores de empresas estatais, fiscais, judiciário, políticos, jornalistas e proprietários de empresas de mídia (com verba de propaganda). Convencem as pessoas que este é o melhor sistema para a humanidade, apesar da podridão. É a concepção de mundo deles. E a perdição da humanidade. Encontramos a cor-

---

Eduardo Cardoso, Coordenador Geral da Central de Movimentos Populares, Coordenador do Movimento Sem Terra de Luta e Conselheiro Nacional das Cidades.



rupção nos mais variados poros da sociedade. Quem tem força e poder arranca o que pode. E a depravação se generaliza, muitos que não tem poder utilizam a malandragem para obterem vantagem sem realizar trabalho útil, o dito jeitinho brasileiro, muitas vezes, nada mais é, que uma forma de corrupção popularizada.

A democracia só poderá ser plena com a efetiva participação popular na decisão dos rumos das políticas públicas e do uso da ocupação do solo. A especulação, ou corrupção, imobiliária trava a democratização, retira direitos e está inviabilizando a vida nas cidades. Os imóveis ociosos nos centros urbanos e os terrenos vazios sem função social são retratos fieis de como a corrupção imobiliária inviabiliza nossas cidades. Persiste a expulsão dos mais pobres para a periferia das cidades, sem infraestrutura ou serviços públicos.

Esta expulsão, por si só, produz a exclusão da maioria da população, não apenas do direito a morar, mas do direito à cidade com toda a sua infraestrutura e serviços: transporte precário, saneamento insuficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, soma-se a isso, a ausência quase que absoluta do emprego formal.

Toda esta situação de exclusão e falta de alternativas, leva a constatação de que onde a população é mais pobre de renda, há falta de infraestrutura e equipamentos públicos, e maiores são os índices de violência policial e de homicídios. Nas periferias do Brasil, está em curso um verdadeiro genocídio da população pobre, predominantemente jovem e negra. Os índices de homicídio em São Paulo podem variar de menos de 10 mortos para cada 100 mil habitantes, num bairro rico de São Paulo (Alto de Pinheiros), para 222 em um bairro pobre (Jardim Ângela) como revelam as pesquisas.

Atualmente, está em intenso debate na socie-

dade brasileira o tema da redução da idade penal, de 18 para 16 anos, sob a justificativa de diminuição da violência. Dados da UNICEF, apontam que menos de 1% dos homicídios são cometidos por jovens com menos de 18 anos. O cálculo de 1% feito pelo Fundo é uma estimativa com base em relatórios de violência divulgados pelo governo e por estudiosos, entre 2002 e 2012. Segundo o UNICEF, 2,8% dos assassinatos teriam sido cometidos por menores, sendo 1% por jovens entre 16 e 17 anos.

Há indícios, de que o verdadeiro interesse do rebaixamento é o aumento da população encarcerada, com o objetivo de terceirizar as administrações penitenciárias, de modo a, mais uma vez, garantir lucros e muita renda ao capital privado, além, claro, de toda a carga ideológica e de segregação social que a elite brasileira impõe à maioria da população.

Toda esta situação de exclusão dos direitos fundamentais: moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, lazer, oportunidades de trabalho e de profissionalização, retira esta população da cidade legal e a empurra para a periferia da periferia, ou seja, onde o mercado imobiliário não tem nenhum interesse, pois ali a infraestrutura não chegou, e não há rentabilidade.

O transporte coletivo público e de qualidade tem que ser prioridade do poder público, mas na prática é o automóvel quem comanda as mentes e corações das pessoas e dos governantes. Este modelo, insustentável e fruto da ausência do poder público no planejamento estratégico, tem consonância com o mercado imobiliário e seus interesses. Quer dizer, vias públicas, além de se prestarem para a visibilidade eleitoral tradicional, rendem muitos recursos para campanhas eleitorais e agregam valor às propriedades localizadas nos seus arredores. Esta é a forma de corrupção imobiliária mais cruel! Além da especulação imobiliária, retira direitos como o transporte coletivo, a moradia, e o direito à cidade em sua plenitude à maioria da população.

Esta política tem enorme impacto nas finanças pessoais e públicas. Às pessoas físicas: impostos como IPVA, Zona Azul, estacionamentos privados, entre outros. Às finanças públicas: conservação das vias, imensos gastos na saúde e previdência, por ocasião da imensidão de acidentes de trânsito, e os diversos casos de problemas respiratórios e de estresse provocados pelas poluições sonora e do ar. O custo da cidade da elite é insustentável.

O modo de funcionamento das cidades, que produz desigualdades, está a serviço do capitalismo, e tem como principais atores os mercados imobiliário e financeiro, que usurpam através do rentismo os recursos públicos que deveriam ser canalizados para as políticas públicas e sociais.

Para se ter uma ideia, o pagamento de juros da dívida pública no Brasil representa o 2º maior gasto no país: em 2014, foram 300 bilhões de Reais, dinheiro que beneficia as 20 mil famílias mais ricas. Juros altos só beneficiam o rentismo financeiro, ou seja, os parasitas que não contribuem com a produção e o desenvolvimento. Além do mais, somente em 2014, os ricos sonegaram 500 bilhões de Reais. Esta forma cruel de *corrupção*, não é

denunciada pela mídia, nem enfrentada pelo governo. O ajuste fiscal proposto recentemente pelo Governo Federal não enfrenta este problema e quer cobrar a conta do povo. O ajuste fiscal tem que ser feito em cima dos ricos, com aumento da taxaçoão sobre o lucro e heranças e a instituição de imposto sobre as grandes fortunas.

É necessária e urgente uma reforma política que amplie os canais de participação popular, com caráter deliberativo, que impeça o financiamento privado de campanha. Sem estas medidas, estamos caminhando a passos largos para a barbárie, tão grave é o nível de segregação e exclusão.

As cidades, para serem democráticas, têm que ter uma forte intervenção do poder público na regulação do uso do solo, e no planejamento urbano. Em ambos os casos, a participação popular e o controle social são determinantes.

A cidade é um espaço privilegiado da luta de classes, contra o capitalismo predatório e contra a fúria e ganância da direita. Lutar é necessário, uma sociedade justa, igualitária, socialmente e ambientalmente acolhedora, se fará pelas mãos da classe trabalhadora. <

AMERICA LATINA  
*em movimento*

500 Anos América Latina: questões de fundo

501 O Decênio Afrodescendente

502 População e desenvolvimento econômico e tecnológico da América Latina

503 Políticas de inclusão social e cidadania

506 Francisco e os movimentos sociais: Terra, Teto e Trabalho

As revistas da ALAI agora estão disponíveis também em português  
Confira em: [www.alainet.org/pt/info-revistas](http://www.alainet.org/pt/info-revistas)

# Sobre a Autogestão

Walter De los Santos

Partimos da base inevitável de que vivemos em um mundo de acumulação e especulação capitalista, cujos efeitos nefastos continuamos sofrendo uma grande maioria da população mundial. Se nos ativermos à dura realidade, pareceria que se desconhecem os efeitos negativos que causa na sociedade o livre mercado, onde manda o deus dinheiro. Uma parte importante daqueles que se encarregam de gerar este grande desconhecimento são os grandes meios de comunicação, cujos proprietários não coincidentemente são também os donos dos meios de produção.

É assim que surgem algumas perguntas.

É esta a ordem natural das coisas?

A violência revolucionária foi/é um erro?

Os que morreram em ação, estavam tão errados?

Estiveram errados San Martín, Bolívar, O'Higgins, Artigas, Sucre, Tiradentes?

Ficamos sem resposta diante deste sistema que nos embeleza com cantos de sereia do consumismo e a ascensão social?

Teremos aprendido algo? A resposta é sim, enfaticamente sim, a nos **autogestionar** em todos os níveis.

Citando um dos grandes heróis da revolução independentista americana... “**não devemos esperar senão de nós mesmos**”, disse José Artigas.

A promoção do sistema se sustenta no caráter sagrado que se dá à propriedade privada frente a qualquer outra. Para isso, o capitalismo promove valores sustentados em sua posição ideológica, como o consumismo, o individu-

alismo, a crença de que democracia é votar a cada cinco anos, a acumulação desmedida, são ações que, conscientes ou não, todos “estamos obrigados a cumprir se pretendemos ser exitosos e felizes”.

Embora os bens, serviços e meios de produção em teoria sejam para todos, nem todos temos acesso a eles, muito menos temos o controle de como cada um deles afeta a sociedade. As decisões são tomadas, é sabido, por um pequeno número de proprietários, do poder político-econômico.

Este poder está intimamente ligado ao caráter da propriedade privada, as classes possidentes dos principais meios de produção são aquelas que controlam e que originalmente deram nome aos regimes escravista, feudal e capitalista.

Ao querer estabelecer meios alternativos ao sistema hegemônico, devemos levar em conta que nenhuma das etapas do que estamos criando deve reproduzir a lógica do atual sistema. Afirmamos que um dos pilares de um modelo alternativo é a **autogestão**.

Ao falar de autogestão, devemos ter em conta que os coletivos assumem o controle de suas necessidades, que passarão de um bem de troca, onde o seu valor é marcado segundo a demanda, a um bem de uso, onde o que se administra e autogestiona estará baseado na distribuição equitativa de um bem.

Isto tem conteúdo ideológico muito forte e para poder sustentar um novo modelo anti hegemônico, não necessariamente é necessário colocar um título ou nome ao que se está criando.

A autogestão deve ter uma expressão teórica

---

Walter De los Santos é integrante da Direção Nacional da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (Fucvam).

com um forte conteúdo ideológico com valores que a sustentem. Deverá ser posta em prática com ações concretas que serão as que definitivamente demonstrarão sua força, viabilidade, possibilidades de futuro e replicação como um modelo alternativo.

*«Se a autogestão como prática coletiva não reproduz uma ação efetiva e modificadora da realidade, então é apenas um pouco de ginástica administrativa».*

A “empresa” autogestionada, diferente da “empresa” capitalista, exige um planejamento pensado para gerar qualidade e não em termos apenas de ganho econômico. Nos permite gerenciar a produção baseados no coletivo onde todos temos um saber e onde esse talento individual é voltado ao esforço coletivo.

A experiência da sociedade que queremos construir passa por esses pequenos empreendimentos onde o trabalho, a administração coletiva e sua gestão produtiva, o controle e distribuição de seus excedentes são para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

O controle direto do grupo sobre o bem a produzir e distribuir garante uma real defesa do patrimônio coletivo. Diante da agressão permanente das regras do consumo, a competitividade individualista, a economia social nos permite desfrutar do verdadeiro benefício daquilo que se produz.

*“Promover a autogestão em todos os níveis organizacionais que defendam os interesses dos despossuídos, significa, nem mais nem menos, do que contribuir para uma sociedade cada vez mais dona de seu próprio destino, definitivamente, cada vez mais justa”.*

Uma sociedade futura baseada em uma nova forma de entender a economia não se constrói em um dia, tampouco dando-lhe um nome. Implica uma mudança nas relações de propriedade e produção, também nos objetivos dos processos de produção.

Se queremos que os trabalhadores e os povos

organizados sejam os que lhe deem um nome, devemos ser primeiro donos da economia, ou seja, donos da produção e dos recursos naturais.

## A Nossa Experiência

Durante 45 anos temos vindo desenvolvendo um modelo de construção de moradias dignas por *Ayuda Mútua*, onde a **propriedade coletiva** é a materialização da nossa postura ideológica e um dos nossos pilares é a autogestão. A isso somamos o trabalho efetivo em forma de ajuda mútua, formando uma tríade indissolúvel.

A **autogestão** não deve ser vista como um fato isolado e sim como um ato essencialmente coletivo; tem seus resultados imediatos no grupo, mas também afeta no crescimento individual dos parceiros e no aprofundamento da identidade do Movimento e de sua própria presença política no sentido mais amplo da palavra.

Em nosso desenvolvimento, vamos do pequeno ao macro. Neste sentido, a autogestão nos faz passar por outro dos pilares básicos de nosso modelo, a **democracia direta**.

*“A eliminação de terceiros nos domínios da gestão e/ou administração, contribui para a eficiente otimização de recursos e compartilhamento de nossos talentos, otimizando a empresa em sua totalidade”.*

Não se trata somente de conseguir uma moradia digna, e sim de como um coletivo gera um habitat sustentável, seu ambiente, seus espaços comunitários e sua inclusão no meio social a se desenvolver, ou seja, a cidade para todos.

Nós mantemos a interação entre organizações com interesses comuns: os trabalhadores, os pequenos e médios produtores, comerciantes, auto emprego urbano, o setor informal da economia, e várias formas de construção e apropriação popular do ambiente.

Isto, em conjunto, constitui um bloco alternativo ao setor dominante, crítico e questionador, que busca uma justa redistribuição da riqueza.

Nossa declaração de princípios diz: *“Contra todo tipo de exploração do homem pelo próprio homem e toda forma de dependência ou subordinação entre as nações.”*

Embora a autogestão seja permanente na vida dos grupos, é na fase de construção da moradia onde está mais presente o desenvolvimento do modelo, e é onde dizemos que é o modelo de sociedade que queremos, gerimos, controlamos, distribuímos e nos fazemos responsáveis pelo resultado de tal administração.

Enfatizamos o direito à cidade, à sua democratização, apostando fortemente na inclusão social, onde não deveria existir um lugar para os que têm mais e outro para os que possuem menos, e isso implica acabar com a gentrificação.

As camadas mais pobres são deslocadas para a periferia. Seu crescimento exponencial e desordenado, até onde não chegam os serviços essenciais (energia elétrica, saneamento, água potável, etc.), nos vai levando à discriminação coletiva.

Se recorrermos qualquer capital do mundo, de um extremo ao outro, veremos que passamos por diferentes tipos de cidades. A igualdade jurídica do cidadão coexiste com a desigualdade econômica e social. Isolamento, falta de serviços essenciais, pobreza extrema, falta de expectativas, promessas não cumpridas que geram níveis de marginalização e violência muito altos. Para transformar a violência na reivindicação organizada, devemos, antes de tudo, compreender as causas da nossa marginalização.

Parafrazeando Descartes: «entendo, me organizo, reclamo, proponho, atuo».

Quando entendemos quais são as causas de nossos problemas é a partir dessa perspectiva que tentamos gerar, através da interação com a base social, propostas alternativas, visando transformar a violência social que gera a discriminação em reivindicação organizada mediante dois elementos vitais, que são a informação e a formação.

Nossa experiência mostra que a autogestão é um elemento válido e essencial não só para a construção de moradias dignas, mas também para a construção de embriões do poder popular.

*«Tenho o desejo e sinto a necessidade, para viver, de outra sociedade diferente dessa que me rodeia... Desejo e peço que meu trabalho, em primeiro lugar, tenha um sentido, que eu possa aprovar para quem serve e como se faz, que me permita dedicar-me a ele realmente e usar minhas faculdades, bem como enriquecer e me desenvolver. Digo que isso é possível, com outra organização da sociedade para mim e para todos.*

*Digo também que seria uma mudança fundamental nesse sentido se me deixassem decidir, com todos os outros, o que tenho a fazer e com meus companheiros de trabalho, como fazê-lo. Desejo poder, com todos os demais, saber o que se passa na sociedade, controlar o alcance e a qualidade da informação que me é dada. Peço para participar diretamente de todas as decisões que possam afetar minha existência ou o curso geral do mundo em que vivo. Não aceito que meu destino seja decidido, dia após dia, por pessoas cujos projetos me são hostis ou simplesmente desconhecidos e para quem nós, eu e todos os demais, não passamos de números em um plano ou peões sobre um tabuleiro.» (C. Castoriadis, 1989: 35)*

Nem vítimas nem algozes, a autogestão nos torna donos do nosso destino, uma sociedade autogestionada pelos trabalhadores é possível. <

\*Este trabalho tomou como referência materiais elaborados por diferentes companheiros do movimento, aos que tratamos de incorporar, ordenar e da nossa própria visão.

---

Tradução: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)  
Revisão: Héryka de Oliveira  
(Coletivo Chasqui)



# Sobre a Economia Popular

---

Romina Chuffardi (coord)

O contexto político, econômico e social estabelecido após a crise de 2001 e até a atualidade permitiu que uma parte significativa do povo trabalhador, que após o neoliberalismo havia ficado desamparado, se voltasse para a Economia Popular como um meio de sobrevivência. Nós, milhares de excluídos do mercado de trabalho formal, fomos à procura de um lugar a partir da periferia social para garantir a nossa subsistência. Precarizados do ponto de vista dos direitos, excluídos do institucional e explorados a partir do econômico, fomos inventando nosso trabalho, nos organizamos em movimentos, associações, cooperativas, fábricas recuperadas e começamos a reivindicar os mesmos direitos que cabem ao resto da classe trabalhadora.

A desregulamentação, o abandono, a precariedade e para-institucionalidade das relações de trabalho na economia popular é uma de suas marcas distintivas. A principal razão é

que o Estado não cumpre a demanda constitucional que diz que “O trabalho em todas suas formas se beneficiará da proteção das leis”, privando um imenso universo de trabalhadores - pelo menos cinco milhões de trabalhadores da Argentina - dos direitos essenciais: um salário mínimo, plano de saúde, aposentadorias dignas, décimo terceiro salário, seguro contra acidentes pessoais, licenças profissionais, feriados, o livre direito de organizar-se em sindicatos, e muitos outros conquistados pelo movimento operário durante dois séculos de luta.

Apesar dos avanços na distribuição da renda nacional em favor dos trabalhadores nos últimos dez anos, a realidade social da Argentina é profundamente desigual. Enquanto um setor importante melhorou suas condições de vida e trabalho, outro setor aprofundou seus níveis de precariedade laboral. Neste contexto, mais de um terço dos trabalhadores em nosso país encontra-se em condições precárias, entre as quais o emprego informal - não registrado - é somente uma das suas variadas formas. Também se incluem o emprego de tempo parcial ou temporário, as diferentes formas de terceirização e o encobrimento de relações de dependência. Estes mecanismos procuram o disciplinamento da força de trabalho. Disciplinar e desvalorizar-nos é a forma mais direta e eficaz de evitar que nos organizemos para lutar por nossos direitos. Da mesma forma, o enfraquecimento da organização sindical contribui para gerar condições mais propícias para a propagação da precariedade trabalhista.

Os altos níveis de concentração econômica, o controle oligopolista do mercado, a gestão privada dos recursos naturais e serviços estratégicos para o Estado e um sistema tributário regressivo para os setores populares são uma

---

**Esteban “Gringo” Castro**, Secretário Geral da *Confederación de Trabajadores de la Economía Popular* (CTEP) - Setor de Infraestrutura Social

**Sergio Sánchez**, da *Federación Argentina de Cartoneros y Recicladores*

**Luis Maidana**, do *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*

**Marcelo Alejandro Cabero**, da *Asociación de Trabajadores Ambulantes y Vendedores Informales*

**Nahuel Levaggi**, da *Unión de Trabajadores de la Tierra*

**Gabriela Olguin**, da *Cooperativa de Artesanos y Manualistas El Adoquín*

**Julio Pereyra**, de *Vendedores Libres*

**Epifania Espinola García**, da *Cooperativa Textil Miro*

Coordenação de **Romina Chuffardi**, Secretaria de Formação - CTEP

constante em nosso país. A precarização é o outro lado da altíssima rentabilidade das empresas mais poderosas da nossa economia. A modernização e a tecnicização da produção e o crescente processo de concentração do capital, levam continuamente milhares de trabalhadores ao desemprego, à exclusão e à marginalização.

Esse problema aparece na Argentina como um dado estrutural. Seu impacto não se limita à esfera trabalhista, mas se expande ao conjunto da vida social. Atualmente 80% da massa salarial está concentrada em 20% dos trabalhadores; quase um milhão de jovens não estudam nem trabalham; milhões de famílias vivem em vilas e assentamentos sem a mais básica infraestrutura social. Aos setores marginalizados nos é negado o acesso a bens e serviços sociais básicos sob um estado de direito.

A contradição fundamental sobre a qual se sustenta o capitalismo - aquela que ocorre entre Capital e Trabalho - continua vigente. Seguimos assistindo atônitos o processo mediante o qual a sociedade se divide entre aqueles que têm os meios de produção e aqueles que só podemos sobreviver trabalhando. Pior ainda, atravessamos uma época em que essa clássica relação se vê reforçada devido a sucessivos processos de flexibilização e desregulação normativa. Se o peronismo prometia a integração e a realização do sujeito a partir do trabalho assalariado, o neoliberalismo encerrou esta possibilidade para muitos de nós. Esta situação condensa uma evidente fragmentação social, econômica e organizacional no interior da classe trabalhadora que ameaça a unidade do movimento operário.

E cada vez mais, nos adentramos em um mundo onde um número considerável de trabalhadores estão agora relegados à margem daquela promessa de integração. Estão os que se encaixam e os que sobramos. Os integrados e os excluídos. Aqueles que são úteis para o processo de acumulação capitalista, por um lado, e os que sequer podemos trabalhar em troca de um salário digno, por outro.

## **A produção solidária e autogestionada - As experiências da economia popular**

Precarizados, autogestionados ou auto-explorados, sem um padrão identificável ou subempregados... mas trabalhadores afinal. O mundo dos setores populares no nosso país ainda tem a esperança e a aspiração integracionista por meio do trabalho assalariado que durante algumas décadas foi uma realidade palpável. O trabalho como elemento dignificador localiza-se no centro da identidade dos setores populares, e articula a demanda daqueles que hoje “nos inventamos trabalho.”

A economia popular é a economia dos excluídos. Está conformada por todas as atividades que desenvolvemos diante da incapacidade do mercado de oferecer-nos um trabalho digno e bem remunerado. Trata-se daqueles processos econômicos imersos na cultura popular baseados em meios de trabalho acessíveis e trabalho desprotegido: fábricas recuperadas, cooperativas de catadores de papelão e costureiros, grupos de infraestrutura social e de melhoria ambiental, centros comunitários, ligas camponesas, entre outros, que foram se convertendo na forma de levar o pão à mesa. Não é uma economia que seja em si solidária e, ao contrário, muitas vezes envolve uma exploração selvagem, trabalho individual, violência, trabalho infantil ou adolescente, controle e perseguição por grupos mafiosos, etc. Por isso buscamos recuperar a cultura do trabalho e da solidariedade. Nós representamos a multiplicidade das experiências produtivas populares que ampliam o setor da economia do povo permanentemente. A enorme expansão dessas experiências reflete, em grande medida, a nova realidade laboral do nosso país.

O *Movimiento de Trabajadores Excluidos* (MTE) surgiu como uma ferramenta dos catadores de papelão para enfrentar o regime mafioso (político, policial e empresarial), que se havia imposto sobre nós para encher os bolsos, com base na corrupção, no suborno e na superexploração. Organizamos massivamente os catadores de papelão, carroceiros

e recicladores urbanos e pudemos, baseados nessa organização, obter grandes conquistas que dignificam e formalizam o nosso trabalho. Atualmente quase 4.000 catadores contam com uma renda que se assemelha a um salário. Agrupados em cooperativas, recolhemos o material em áreas previamente designadas e levantamos o que é depositado no sistema de “caixas verdes”<sup>1</sup>. Para este trabalho o Governo da Cidade de Buenos Aires nos atribuiu um “incentivo trabalhista”, ao que se soma a venda do material que coletamos. Além de organizar logisticamente o nosso trabalho, temos conseguido uniformes, creche para os nossos filhos, o direito à aposentadoria e a possibilidade de acesso a uma assistência social. Em novembro de 2014, a Câmara dos Deputados da Província de Buenos Aires aprovou o projeto de lei sobre “Gestão Social para Coleta Diferenciada”. O projeto declara a atividade como serviço público e prevê a criação de um registro de recicladores. Pelo menos simbolicamente, os catadores passaram a ser considerados funcionários públicos.

O setor de produção hortícola, por sua vez, é composto principalmente por minifúndios agrícolas sustentados por famílias produtoras (cerca de 85%). Eles são arrendatários, meeiros ou trabalhadores sem terras, nem maquinaria própria - descapitalizados -. Dependem da compra das sementes, dos agroquímicos, dos fertilizantes e da tecnologia de estufa, e se encontram subordinados a uma cadeia de múltiplos intermediários que reduzem significativamente o rendimento obtido pelo produtor ao mesmo tempo em que encarece o produto para os consumidores.

O trabalho que viemos desenvolvendo com os pequenos produtores começou a partir da necessidade de melhorar as condições de vida de um setor que se encontra completamente desprotegido, em condições de auto-exploração enormes, sem terra e sem direitos de qualquer tipo. Neste processo, vamos gerando

melhores condições de trabalho tanto produtivas quanto de comercialização, criando canais diretos do produtor ao consumidor, promovendo a utilização de ferramentas coletivas como tratores, motocultivadores, e avançando, aos poucos, nos cuidados da saúde.

Outra das expressões deste setor somos nós, os trabalhadores das ruas, conhecidos por todo o mundo como *manteros*<sup>2</sup>. Somos centenas de comerciantes e artesãos que vendem em barracas na praça ou na rua, ou às vezes estendendo uma manta no chão para trazer o sustento a nossos lares. O maior obstáculo que temos é que não podemos ter acesso aos estabelecimentos comerciais, portanto nos resta procurá-los ocupando o espaço público. Sofremos assédio da polícia e gangues de vigilantes, fomos expulsos em mais de uma ocasião, a polícia nos exige suborno para nos deixar trabalhar, recebemos ameaças constantemente, somos vítimas de invasões e outros procedimentos ilegais de apreensão de mercadorias realizadas sem denúncia prévia, e em várias ocasiões levaram trabalhadores detidos injustificadamente. O problema é que não está sendo reconhecida a necessidade que está por trás disso, que é o emprego. Não há políticas públicas de nenhum tipo para regularizar a atividade, mas se busca a desarticulação dos trabalhadores de rua para que desapareçamos.

Outro fenômeno é a existência de oficinas e empresas onde se trabalha em condições análogas à escravidão. Há muito tempo temos denunciado situações cuja descrição é uma visão geral do tráfico de pessoas e do trabalho escravo. Os costureiros e trabalhadores da indústria do vestuário que trabalham em oficinas de produção informais e clandestinas estão em uma situação de risco e extrema vulnerabilidade sócio-trabalhista. Acreditamos que é prioritário que o Estado possa tratar por meio de políticas públicas concretas esta situação de emergência social, prevenção de doenças, segurança, saúde mental e física, jornadas de

1 Espécie de caçambas de armazenamento de resíduos espalhadas pela cidade de Buenos Aires. Nota do tradutor.

2 Relativo às mantas que sobre as quais são expostas as mercadorias.

trabalho excessivas, migração irregular, trabalho infantil, superlotação e riscos ocupacionais a que os trabalhadores estão expostos. Nos encontramos, neste momento, lutando pelo reconhecimento das cooperativas têxteis e avançando na apresentação de um projeto de lei nacional que declare a emergência neste setor para a implementação de medidas concretas que melhorem a qualidade de vida daqueles que estão sob exploração.

“Ocupar, resistir, produzir” é a voz de protesto do *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*, voz que hoje levantamos em mais de 190 empresas recuperadas no país. As fábricas recuperadas surgem em um contexto de conflito para os trabalhadores desde qualquer ponto de vista: porque o empregador deixou de pagar os salários, porque abandonou a fábrica por já não oferecer a rentabilidade ambiciosa que esperava, porque não tem os recursos para a modernização necessária (e, conseqüentemente, tornar-se mais competitiva), etc. Essa experiência nasce da necessidade de manter a oferta de trabalho em um contexto de crise, de recuperar o direito ao trabalho. Para isso, nos valem de diferentes instrumentos em matéria econômica, jurídica, política e social para avançar na recuperação de empresas e fábricas que davam trabalho às pessoas e que, por alguma razão, vão fechando. Constituir-nos como cooperativa é uma das maneiras que encontramos para manter a fábrica nas mãos dos trabalhadores, para poder seguir levando renda aos nossos lares. Também temos como objetivo a igualdade nos rendimentos para todos os trabalhadores, assim como incentivamos a solidariedade e a integração com a comunidade.

### **Liberdade de organização sindical como necessidade e horizonte**

Nossas experiências no âmbito da economia popular não são isoladas da economia de mercado global. Os pontos de conexão são múltiplos, tanto a nível de produção quanto de consumo. No entanto, em todas as experiências da economia popular existe uma característi-

ca distintiva: os meios de produção, os meios de trabalho, estão nas mãos dos setores populares. Por isso nos atrevemos a sonhar com um processo de auto-organização com os nossos companheiros, que nos permita erradicar as tendências patronais do seio do nosso povo, e construir uma economia popular comunitária, solidária, fraterna, socialmente integradora.

A *Confederación de Trabajadores de la Economía Popular* (CTEP) é a ferramenta de união do povo pobre. Se dizíamos que a economia popular é a economia dos trabalhadores excluídos, o CTEP é seu sindicato. Com ela avançamos na luta reivindicativa para os trabalhadores sem direitos, sem reconhecimento e sem capital que já não temos como nos inserir no sistema formal. O que queremos com a CTEP é defender os direitos daqueles que não temos um empregador direto contra o qual lutar, ou daqueles que temos vários empregadores invisibilizados que consomem nossos rendimentos, mas com os quais não existe uma relação direta de trabalho.

Nós, companheiros que vivemos nesse dia a dia arregaçando as mangas, lutamos em primeiro lugar pelo trabalho digno. Digno será na medida que nos permita progredir e aceder a um salário mínimo vital e móvel, com abonos familiares, férias remuneradas, jornadas não maiores que oito horas, seguro contra acidentes de trabalho, condições de higiene e salubridade adequadas e assistência social. Por outro lado, no contexto atual, nos encontramos subordinados às oscilações do mercado, e não temos garantia de que a nossa renda seja mais ou menos estável. Portanto, visamos o salário social, composto por um complemento salarial garantido pelo Estado que se some à renda que nós mesmos geramos com o nosso trabalho.

Por último, mas não menos importante, lutamos pelo nosso direito à sindicalização. Lutamos pelo reconhecimento da CTEP como o sindicato que represente os trabalhadores do setor da economia popular que nos permita negociar com os empregadores que não vemos e com o Estado.

Queremos expressar a voz dos trabalhadores excluídos. Queremos avançar no reconhecimento de seus direitos plenos. Para isso, acreditamos ser necessário construir organizações sindicais massivas, unitárias, que sintetizem o trabalho de todas as organizações existentes, para fortalecer o poder popular e conquistar os direitos trabalhistas para nossos companheiros. A CTEP é uma grande luta. É a luta de

muita gente que quer verdadeiramente uma mudança social e uma economia que seja do povo e dos trabalhadores. <

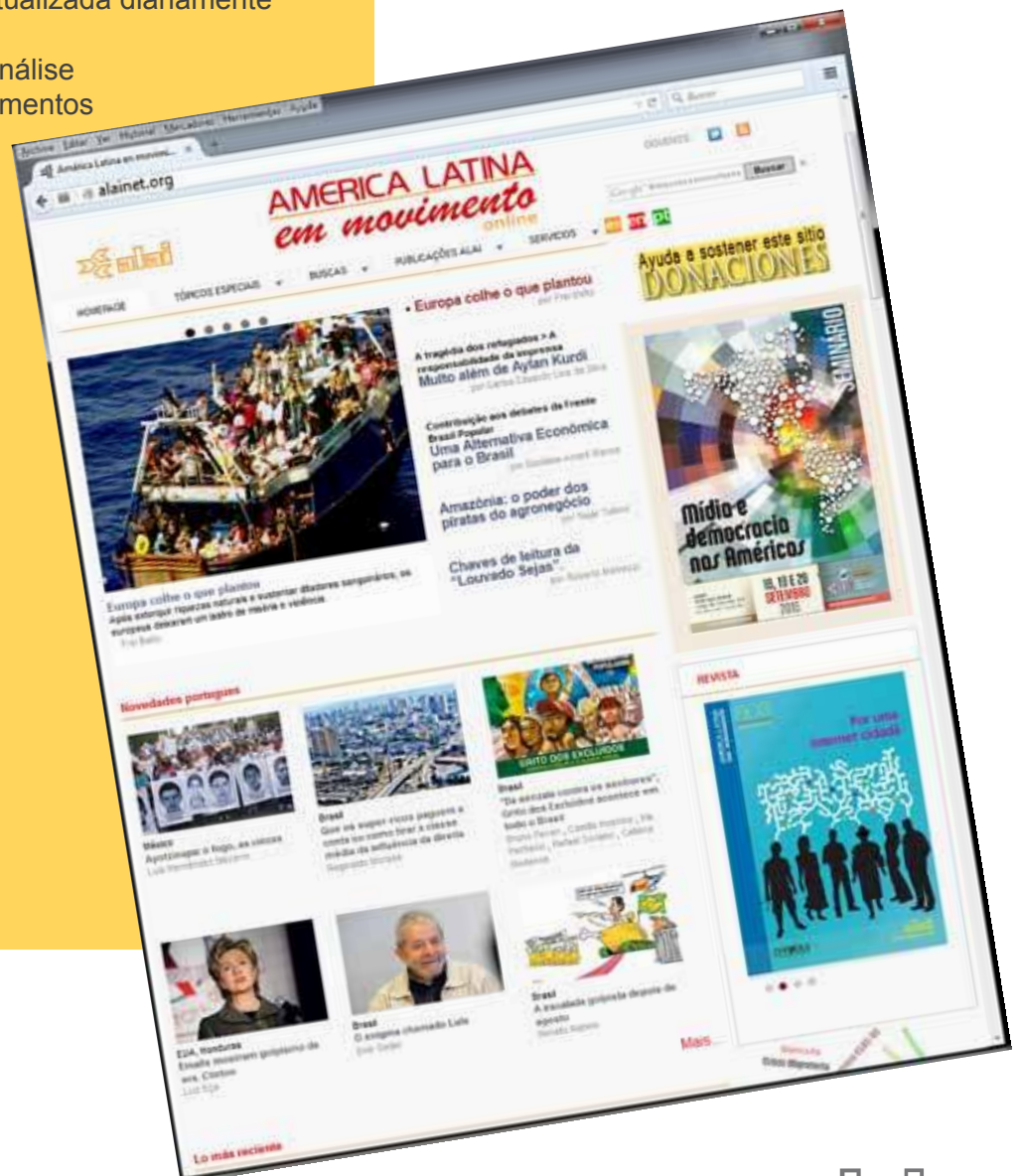
Tradução: Kassia Marques (Coletivo Chasqui)

Revisão: Héryka de Oliveira  
(Coletivo Chasqui)

## Nosso site com cara nova

- realidade regional atualizada diariamente
- dinâmicas sociais
- notícias, opinião e análise
- mais de 81 mil documentos catalogados
- busca por tema, autor, data, país, palavra

www.alainet.org



Laudato Si' Sobre o cuidado da casa comum

# Um chamado à conversão ecológica

**E**m 18 de junho, foi publicada a nova Carta Encíclica do Papa Francisco sobre o meio ambiente, intitulado *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. O papa inicia sua encíclica sinalizando que não se dirige unicamente ao mundo católico, e sim que “frente à deterioração ambiental global, quero dirigir-me a cada pessoa que habita este planeta” (3). E ainda: “Faço um convite urgente a um novo diálogo sobre o modo como estamos construindo o futuro do planeta. Precisamos de uma conversa que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos, e suas raízes humanas, nos interessam e nos impactam a todos.” (14).

Destaca alguns eixos que atravessam toda a encíclica, incluindo: “a íntima relação entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que todo o mundo está conectado, a crítica ao novo paradigma e às formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a buscar outros modos de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura de descartar e a proposta de um novo estilo de vida.” (16). A seguir extratos de alguns capítulos do documento. (ALAI)

## O que está passando em nossa casa

Ao conhecer os principais estudos científicos sobre o impacto da atividade humana no meio ambiente e, em particular, as mudanças climáticas, observa-se que: “Os piores impactos

provavelmente cairão nas próximas décadas sobre os países em desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados ao aquecimento, e seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos serviços ecossistêmicos, como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Não têm outras atividades financeiras e outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou fazer frente a situações catastróficas, e possuem pouco acesso a serviços sociais e a proteção.” (25).

Isso provoca migração. “É trágico o aumento dos imigrantes que fogem da miséria agravada pela degradação ambiental, que não são reconhecidos como refugiados das convenções internacionais e levam o peso de suas vidas abandonadas sem proteção normativa alguma (...). A falta de reações diante destes dramas de nossos irmãos e irmãs é um signo da perda daquele sentido de responsabilidade por nossos semelhantes sobre o qual se funda toda sociedade civil.” (25). A falta de acesso e de qualidade da água, a perda da biodiversidade e a dívida ecológica são aspectos particularmente urgentes.

O Papa Francisco expressa suma preocupação pela debilidade das reações frente a tanto sofrimento humano. “Muitos daqueles que tem mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se sobre tudo em mascarar os problemas ou em ocultar os sintomas, tratando somente de reduzir alguns impactos negativos das mudanças climáticas.” (26). “Chama atenção a debilidade da reação po-

lítica internacional. A submissão da política diante da tecnologia e das finanças se mostra no fracasso das Cúpulas mundiais sobre meio ambiente. Existem muitos interesses particulares, e muito facilmente o interesse econômico prevalece sobre o bem comum e manipula a informação para não ver seus projetos afetados (54).

“É previsível que, diante do esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas por trás de notáveis reivindicações. A guerra sempre produz danos graves ao meio ambiente e à riqueza cultural das populações, e os riscos se agigantam quando se pensa nas armas nucleares e nas armas biológicas” (57).

“O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem se apropria de algo deve administrá-lo para o bem de todos.” (95).

### **Raiz humana da crise ecológica**

“A humanidade ingressou em uma nova era, na qual o poderio tecnológico nos coloca em uma encruzilhada.” (102). “A tecnociência bem orientada não só pode produzir coisas realmente valiosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano (...). Também é capaz de produzir o belo...” (103). “Mas não podemos ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento de nosso próprio DNA e outras capacidades que adquirimos nos dão um tremendo poder. Melhor dizendo, dão aos que detêm o conhecimento e, sobretudo, o poder econômico para utilizá-lo, um domínio impressionante sobre o conjunto da humanidade e do mundo inteiro. Nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma, e nada garante que o utilizará bem, principalmente se consideramos o modo como o está fazendo (...). Nas mãos de quem está tanto poder? A quem ele pode chegar? É tremendamente arriscado que ele esteja com uma pequena parte da humanidade.” (104).

“A especialização própria da tecnologia implica numa grande dificuldade para olhar o conjunto (...). Uma ciência que pretenda oferecer soluções aos grandes assuntos, necessariamente deveria somar tudo o que conhecimento gerou nas demais áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social. Mas, este é um hábito difícil de desenvolver hoje.» (110). “O que está acontecendo nos coloca diante da urgência de avançar em uma valente revolução cultural. A ciência e a tecnologia não são neutras, e sim podem implicar, desde o início até o fim de um processo, diversas intenções ou possibilidades, e podem configurar-se de diferentes maneiras.” (114).

### **Uma ecologia integral**

“Dada a magnitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não existem duas crises separadas, uma ambiental e outra social, e sim uma complexa crise socioambiental. As linhas para a solução requerem uma aproximação integral para combater a pobreza, para devolver a dignidade aos excluídos e simultaneamente para cuidar da natureza.” (139).

“Junto ao patrimônio natural, existe um patrimônio histórico, artístico e cultural, igualmente ameaçado. É parte da identidade comum de um lugar e uma base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e de criar novas cidades supostamente mais ecológicas, onde nem sempre seja desejável viver. É preciso incorporar história, a cultura e a arquitetura de um lugar, mantendo sua identidade original. Por isso, a ecologia também supõe o cuidado das riquezas culturais da humanidade em seu sentido mais amplo.” (143).

A visão consumista do ser humano (...) tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade. Por isso, pretender resolver

todas as dificuldades através de normativas uniformes ou de intervenções técnicas leva a desatender a complexidade das problemáticas locais, que requerem a intervenção ativa dos habitantes (...). É preciso incorporar a perspectiva dos direitos dos povos e culturas, e assim entender que o desenvolvimento de um grupo social supõe um processo histórico dentro de um contexto cultural e requer contínuo protagonismo dos atores sociais locais desde sua própria cultura.» (144).

«(...) é indispensável prestar especial atenção às comunidades indígenas com suas tradições culturais (...). Para elas, a terra não é um bem econômico, e sim um dom de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual necessitam interagir para sustentar sua identidade e seus valores. Quando permanecem em seus territórios, são exatamente elas quem melhor a cuida. Não obstante, em diversas partes do mundo, são objeto de pressões para que abandonem suas terras, a fim de deixá-las livres para projetos extrativistas e agropecuários que não dão atenção à degradação da natureza e da cultura» (146).

«A ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, um princípio que cumpre papel central e unificador na ética social. É “o conjunto de condições da vida social que fazem possível as associações e a cada um de seus membros o alcance mais pleno e mais fácil da própria perfeição.» (156). «Nas condições atuais da sociedade mundial, onde existem tantas iniquidades e cada vez mais as pessoas são descartáveis, privadas de direitos humanos básicos, o princípio do bem comum se converte imediatamente, como lógica e consequência obrigatória, em um chamado à solidariedade e em uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica obter os resultados do destino comum dos bens da terra, mas, (...) exige contemplar diante de tudo a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções crentes» (158).

## Algumas linhas de orientação e ação

“Um mundo interdependente não significa unicamente entender que as consequências prejudiciais aos sentidos de vida, produção e consumo afetam a todos, e sim principalmente buscar que as soluções se proponham desde uma perspectiva global e não apenas em defesa dos interesses de alguns países. A interdependência nos obriga a pensar em *um só mundo, em um projeto comum*. Mas a mesma inteligência que se utilizou para um enorme desenvolvimento tecnológico não consegue encontrar formas eficientes de gestão internacional com o intuito de resolver as graves dificuldades ambientais e sociais. Para afrontar os problemas de fundo, que não podem ser resolvidos por ações de países isolados, é indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, a desenvolver formas renováveis e pouco contaminantes de energia, a fomentar uma maior eficiência energética, a promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, a assegurar a todos o acesso à água potável” (164).

“Algumas das estratégias de baixa emissão de gases contaminantes buscam a internacionalização dos custos ambientais, com o perigo de impor aos países de menores recursos pesados compromissos de redução de emissões comparáveis aos dos países mais industrializados. A imposição destas medidas prejudica os países mais necessitados de desenvolvimento. Desse modo, se agrega uma nova injustiça envolta numa roupagem de cuidado ambiental”. (170).

“Os países pobres necessitam ter como prioridade a erradicação da miséria e do desenvolvimento social de seus habitantes, devem analisar o nível escandaloso de consumo de alguns setores privilegiados de sua população e controlar melhor a corrupção. Também é verdade que devem desenvolver formas menos contaminantes de produção de energia, mas para isso precisam contar com a ajuda dos países que cresceram muito à custa da contaminação



atual do planeta”. (172).

“Urgem acordos internacionais que se cumpram, dada a fragilidade das instâncias locais para intervir de modo eficaz (...). Faltam marcos regulatórios globais que imponham obrigações e que impeçam ações intoleráveis, como o feito de que países poderosos enviem a outros países resíduos industriais altamente contaminantes.” (172)

“A mesma lógica que dificulta tomar decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a que permite cumprir com o objetivo de erradicar a pobreza. Precisamos de uma reação global mais responsável, que implica, ao mesmo tempo, encarar a redução da contaminação e o desenvolvimento dos países e regiões pobres”. (175).

“A política não deve se submeter à economia e esta não deve se submetida aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Hoje, pensando no bem comum, precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente a serviço da vida, especialmente da vida humana. A salvação dos bancos a todo custo, fazendo a população pagar o preço, sem a firme decisão de revisar e reformar todo o sistema, reafirma um domínio absoluto das finanças que não tem futuro e que só poderá gerar novas crises...”. (189).

“... um caminho de desenvolvimento produtivo mais criativo e melhor orientado poderia corrigir o fato de que existe uma inversão tecnológica excessiva para o consumo e pequena para resolver problemas pendentes da humanidade; poderia gerar formas inteligentes e rentáveis de reutilização, refuncionalização e reciclagem; poderia melhorar a eficiência energética das cidades”. (192).

“Para que surjam novos modelos de progresso, necessitamos ‘mudar o modelo de desenvolvimento global’, o qual implica refletir responsabilmente ‘sobre o sentido da economia e sua finalidade, para corrigir suas disfunções e distorções’”. (194).

“O princípio de maximização dos lucros, que tende a se isolar de qualquer outra consideração, é uma distorção conceitual da economia: se a produção aumenta, pouco interessa que seja à custa dos recursos futuros ou da saúde do ambiente; se o corte de um bosque aumenta a produção, ninguém mede nesse cálculo a perda que implica desertificar um território, destruir a biodiversidade ou aumentar a contaminação”. (195).

“A maior parte dos habitantes do planeta se declara crente, e isto deveria incitar as religiões a entrar em um diálogo entre si, orientando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção de redes de respeito e fraternidade. É imperioso também um diálogo entre as ciências mesmas, porque cada uma tende a se fechar nos limites de sua própria linguagem, e a especialização tende a se converter em um isolamento e em uma absolutização do próprio saber. Isto impede afrontar adequadamente os problemas do meio ambiente. Também se faz necessário um diálogo aberto e amável entre os diferentes movimentos ecológicos, onde não faltam lutas ideológicas. A gravidade da crise ecológica exige a todos pensar o bem comum e avançar num caminho de diálogo que requer paciência, ascese e generosidade, lembrando sempre que ‘a realidade é superior à ideia’, (201). ◀

---

Tradução: Fabíola Melca (Coletivo Chasqui)  
Revisão: Adriana Varandas (Coletivo Chasqui)



## AMERICA LATINA *em movimento*

As revistas da ALAI agora estão disponíveis também em português.

Confira em:  
[www.alainet.org/pt/info-revistas](http://www.alainet.org/pt/info-revistas)

### **¡SUSCRIBETE!**

Tu aporte garantiza la continuidad y calidad de nuestra labor informativa  
**info@alainet.org • [www.alainet.org/revista](http://www.alainet.org/revista) phtml**